

Os Guarani e o seu modo de ser caminhante¹

Rosa Sebastiana Colman²
Marta Maria do Amaral Azevedo³
Bárbara Roberto Estanislau⁴

Resumo: A caminhada é tão presente no cotidiano dos Guarani, desde sua cosmologia, sua territorialidade, suas relações sociais, por isso consideramos como parte do seu modo de ser. Este artigo trata da demografia e migrações e traz alguns aspectos sobre os estudos da antropologia e os Guarani. Apresenta uma introdução sobre os estudos de mobilidade espacial e descreve de forma sintética os estudos sobre deslocamentos espaciais para os povos indígenas. O objetivo desse artigo é pensar nas teorias que procuram explicar o fenômeno específico do migrar dos povos indígenas, em especial os Guarani e Kaiowá e sua mobilidade espacial.

Palavras-chave: Migrações indígenas. Cosmologia guarani. Mobilidade guarani. Territorialidade guarani.

The Guarani and its walking way of being

Abstract: The act of taking walks is so present in the Guarani's everyday, in their cosmology, their territoriality and social relationships, that we consider it a part

¹ Recebido em 15/08/2016 e aprovado em 06/02/2017.

² Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Professora na área de Ciências Humanas na Faculdade Intercultural Indígena da Universidade da Grande Dourados (FAIND/UFGD). Contato: rosacolman01@yahoo.com.br.

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e coordenadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó/NEPO da mesma Universidade. Contato: marta@nepo.unicamp.br.

⁴ Mestra em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Analista Técnica de Políticas Sociais do Ministério dos Direitos Humanos. Contato: barbararestanislau@gmail.com.

of their way of being. This article deals with demography and migration and brings some aspects of anthropological studies and the Guarani. It presents an introduction to the study of spatial mobility and briefly describes studies on the spatial displacement of indigenous peoples. The objective of this article is to reflect on the theories that try to explain the specific phenomenon of migration of indigenous peoples, especially the Guarani and Kaiowá and their spatial mobility.

Keywords: Indigenous migration. Guarani cosmology. Guarani mobility. Guarani territoriality.

Los guaraníes y su modo de ser caminante

Resumen: La caminata se encuentra muy presente en el cotidiano de los guaraníes, desde su cosmología hasta su territorialidad y sus relaciones sociales, por lo que la consideramos como parte de su modo de ser. Este artículo trata sobre demografía y migraciones, y expone algunos aspectos sobre los estudios de la antropología y los guaraníes. Presenta una introducción sobre los estudios de movilidad espacial y describe de manera sintética los estudios sobre los desplazamientos espaciales para los pueblos indígenas. El objetivo de este artículo es pensar sobre las teorías que pretenden explicar el fenómeno específico de la migración de los pueblos indígenas, en especial los guaraníes y los kaiowás.

Palabras clave: Migraciones indígenas. Cosmología guaraní. Movilidad guaraní. Territorialidad guaraní.

Introdução

A cosmologia guarani revela o modo de ser caminhante (*tekoguata*) e sua mitologia é repleta desta indicação, como bem ilustra o mito das origens – ou mito do sol e da lua (*Pa'ikuara ha Jasy*) – em que os fatos da narrativa ocorrem durante uma longa caminhada. Esta cosmologia também se revela na espiritualidade, como nas rezas: “Os cantos são meios para visualizar o *caminho* iluminado (*tape rendy*) que leva à morada dos deuses para adquirir conhecimento na condução do seu povo” (BENITES, 2014, p. 35); na gestação, “o corpo da mulher é como *caminho* por onde o ser passa do mundo espiritual para o mundo físico” (idem, p. 64). Brand (1997) também se refere aos caminhos percorridos pelos Guarani, no título de sua tese: “O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis *caminhos* da palavra”. O objetivo desse artigo é pensar nas teorias que procuram explicar

o fenômeno específico do migrar dos povos indígenas, em especial os Guarani e Kaiowá e seus caminhos – sua mobilidade espacial.

O território, para os Guarani e Kaiowá, se caracteriza como espaço de comunicação, no qual a possibilidade do *Oguata* ou *Ojeguata*, que quer dizer, genericamente, “caminhar” na língua Guarani, é dimensão fundamental. Há inúmeros tipos de *Ojeguata*: em busca de atividades produtivas, como coleta de ervas e produtos específicos de um determinado lugar; para participar de atividades rituais, como a do *Kunumi Pepy* – iniciação masculina –, ou do *Avatikyry* – batismo do milho verde, realizado por muitos *Tekoha* em conjunto. “*Ojeguata*” pode-se traduzir, também, na visita a um parente, que pode durar semanas ou até anos; ou uma “caminhada” em busca de trabalho e de novas experiências e conhecimento, característica das caminhadas dos jovens. O caminhar ou andar faz parte do universo cultural desses povos (MELIÀ, 1989; PISSOLATO, 2007; PEREIRA, 2007).

A caminhada é tão presente no cotidiano dos Guarani que nos remete a um outro conceito relacionado, que é *Tape Po’i*, o qual podemos traduzir como “caminho estreito” ou “trilheiro”. Onérimo Godói (2012), um Guarani da terra indígena de Porto Lindo (município de Japorã, MS), que atualmente reside na Terra Indígena Guaimbé (município de Laguna Carapã, MS), em seu trabalho de conclusão do curso de Licenciatura Indígena Teko Arandu (UFGD), trabalha o conceito de *okára* (pátio) que é considerado por ele o primeiro espaço social mais importante da família kaiowá. E o que liga um *okára* a outro *okára* é o *Tape Po’i*. Segundo Godói (2014, s/p):

Tape Po’i (trilha) pra gente é muito importante e tem uma função social. Em qualquer terra ou aldeia guarani e kaiowá que visitar pode observar esse *tape po’i* ou *tape’i*. Esse *tape po’i* normalmente liga as casas de parentes e coligados a essas famílias e por esse motivo tem uma função política em várias ocasiões ou circunstâncias. Ela pode variar bastante de forma que ela é mais restrita a família [parentela] que moram perto das anciãs ou uma figura mais importante da

família ou a da própria comunidade. Essa variação de *tapepo'i* explica-se pela função que tem na sua constituição ou formação bem como seus objetivos comuns entre duas ou mais *okara* (GODÓI, 2012, s/p).

O conceito Guarani de “*Ñane Retã*”, ou “Nosso Território”, é algo que seria próximo ao conceito de terra indígena na Constituição Brasileira de 1988, ou seja, território ou extensão de terras com recursos naturais onde é possível para um povo indígena se reproduzir, tanto física quanto culturalmente. É o caso do território dos Guarani e dos Kaiowá, considerando a ocupação desse grupo guarani no período do final do século XIX e início do XX.

Para G. Grünberg (2012) o termo território, em sua definição tradicional, se refere a um espaço controlado por um estado nacional, para uso da sua população em termos econômicos, e que esse espaço tenha fronteiras que podem ser defendidas. No entanto, para este mesmo autor, o conceito de território, que pode ser aplicado para os povos indígenas, está relacionado a uma maneira de exercer os seus direitos sociais, culturais e a um espaço onde eles possam viver, mantendo seus modos de vida diferenciados (GRÜNBERG, 2012).

Cada *Tekoha* tem como moradores, em geral, uma família extensa e seus agregados e afins (parentes por casamento). Os trabalhos antropológicos sobre territorialidade guarani têm indicado que cada *Tekoha* tem relações sociais, trocas econômicas, realização de festas, etc., com outros *Tekoha*, em geral próximos em termos geográficos. Podemos pensar numa pequena rede de 5 a 10 *Tekoha*, mais ou menos, relacionados entre si, que seria o que está sendo denominado de *Tekoha Guasu*, ou seja, um território maior com grupos sócio-políticos autônomos, porém relacionados entre si. Cada um desses *Tekoha Guasu*, por sua vez, é relacionado com outros *Tekoha Guasu*, formando uma rede de grupos sociais guarani e kaiowá que mantêm entre si intensas relações sociais, de parentesco, casamento, festas, rituais, trocas econômicas e alianças políticas. (AZEVEDO, BRAND, COLMAN, 2013).

Essas redes de *Tekoha* que formam os *Tekoha Guasu* e, por sua vez, as redes de *Tekoha Guasu* são, justamente, as aldeias e terras indígenas localizadas em Mato Grosso do Sul, leste e sudeste do Paraguai, norte da Argentina e litoral e interior dos estados do Sul e Sudeste no Brasil. Portanto, em toda essa região ocupada pelos Guarani, existem redes de *Tekoha Guasu* que operam as relações sociais, políticas, econômicas e culturais dos povos Guarani. A mobilidade espacial, o “*Oguata*”, é a maneira de estabelecer e seguir realizando e refazendo essas relações sociais, econômicas, culturais e políticas, que tornam possível a existência, de fato, de um ente sociológico maior do que o *Tekoha*, denominado “Povo Guarani”.

Para Grünberg (2012, p. 1):

Os Guarani, que têm consciência de ser gente preferida pelos Deuses, veem seu mundo como uma região de selvas, campos e rios. É um território onde vivem, desde a criação da ordem cósmica, segundo seu modo de ser e sua cultura milenar, em busca da sua “terra sem males”. Mas este mundo se converteu em um mar de soja, em grandes fazendas de gado, canaviais e plantações de árvores exóticas. Porém, onde os Guarani se mantêm em um domínio, mesmo que seja precário, de seu espaço de vida, de seu território, ainda exista a paisagem típica que todos os viajantes admiraram pela sua beleza e diversidade. E continua a luta dos ava (“gente”), de defender seu habitat, seu “mundo”, que é tanto deles quanto nosso: porque “somos todos Guarani”.

É importante destacar que estes dois conceitos – territorialidade e mobilidade espacial – na cosmologia guarani são conceitos relacionados. A territorialidade guarani é compreendida, aqui, a partir da perspectiva dos Guarani, como bem descreveram B. Melià, F. Grünberg e G. Grünberg (1976, 2008). Para os Kaiowá e Guarani, terra/território é *Tekoha*, lugar onde seja possível viver bem. De forma ideal, esse território deve possuir espaço

para agricultura, criação de animais, espaço para caça e coleta e que seja preferencialmente próximo de matas e córregos. Além destes aspectos físicos, existem os aspectos socioculturais e econômicos, como a existência de grupos de famílias extensas, com seus agregados e parentes afins – chamados, em Guarani, de *Te'ýi* – que se relacionam e que mantêm sua forma própria de organização política, econômica e religiosa. Sendo assim, além de certa extensão de terras suficientes para a sua reprodução física e cultural, os Kaiowá e Guarani necessitam de uma boa terra, com determinados recursos naturais, e não qualquer terra. São as terras de ocupação tradicional, onde seus antepassados foram enterrados, que contêm diferentes significados culturais, marcadores geográfico/culturais para as paisagens, que são as demandadas pelas diferentes comunidades Guarani em Mato Grosso do Sul atualmente.

O povo Guarani possui uma concepção de territorialidade ampla, o *Ñane Retã* possui significados culturais/religiosos em suas diferentes paisagens. Por exemplo, no Paraguai há uma localidade com o nome de Mba'é Marangatu, local da origem da humanidade, onde existe um morro que seria o "Umbigo do Mundo"; e, no litoral do Brasil, a Serra do Mar é considerada a "Coluna Vertebral" do universo (MELIÀ, GRÜNBERG, GRÜNBERG, 1976; LADEIRA, 2007).

Os Kaiowá e Guarani vivem a experiência da mobilidade espacial de duas formas: no sentido de *oguata* ou *ojeuata*, como cultural, mas também vivenciaram e continuam vivenciando o deslocamento forçado, que é tratado como o conceito de *ñemo-sarambipa* (*esparramo*).

Pimentel (2012), que estudou os Kaiowá e Guarani, observou, nos relatos dos mais velhos, as caminhadas que realizavam, principalmente no passado, por motivo de festas: "As lembranças geralmente giravam em torno de longas caminhadas em que os grupos familiares saíam de casa para ir até essas festas, parando em certos lugares no caminho e também caçando animais que levariam para contribuir com o *guaxiré*" (PIMENTEL, 2012,

p. 114). O autor ainda destaca os tipos de deslocamentos espaciais que ocorriam em mais de um lugar, na mesma viagem: “não era incomum, ao terminar uma festa em um lugar, já seguir para outro, antes de ir para casa, em função de novo convite para outra festa” (PIMENTEL, 2012, p. 114).

Na atualidade, os Kaiowá e Guarani mesclam esta mobilidade espacial intrínseca ao sistema social, oguata porã, com o sarambipa. Em seus relatos sempre ouvimos que “é melhor mudar do que brigar”. Para Pereira (2007, p. 10) “O modelo político criado na reserva será fator preponderante na decisão de fogos e parentelas de cederem às pressões para abandonarem seus lugares de origem e se mudarem para esses locais”.

Pimentel (2012) também parte do princípio de que “o mundo kaiowá é um mundo em movimento. O confinamento poderia ser comparado ao barramento de um rio (vários rios, aliás), indicando as várias parentelas. O autor ainda recorre à metáfora das águas para indicar a superlotação populacional nas reservas e o consequente processo de retomadas das terras tradicionais: “O lago se encheu de tal forma que as barragens se romperam. Ficar parado nas reservas pode ser insuportável” (PIMENTEL, 2012, p. 144).

Na leitura de Pimentel (2012, p. 144) “o contraste entre a tristeza, a desmobilização da vida nas reservas e o vigor do cotidiano nos acampamentos motiva as pessoas. O entusiasmo começa com os idosos e se espalha por toda a família”.

Com relação aos deslocamentos espaciais dos Mbya, Garlet elabora uma explicação a partir de vários elementos. Segundo este autor, a perspectiva histórica permite observar que, até o momento do contato interétnico, a mobilidade espacial dos Guarani se caracterizava mais como uma “circulação dentro de um território do que como uma migração” (GARLET, 1997, p. 21). Nesse sentido, Garlet afirma que a migração aumenta a partir do impacto ocorrido no confronto com a sociedade ocidental.

Garlet (1997), em seu trabalho, buscou exatamente enfocar a mobilidade espacial Mbya como resultado da combinação

de traços culturais com o aspecto interétnico, ou seja, como o resultado de um traço cultural historicamente construído, que possui variáveis que se combinam e recombina a cada momento e situação.

No mesmo sentido, os Guarani, para Ladeira, “incluem na sua definição de povo a mensagem divina a eles revelada e por eles cumprida, de que devem procurar ‘seus verdadeiros lugares’, por meio de caminhadas (-guata), o que faz deles essencialmente passageiros, com um destino comum” (LADEIRA, 2007, p. 38).

A novidade de Ladeira em seu livro, segundo Melià, está “na conexão estabelecida entre mobilidade espacial de um povo, muito dinâmico nos seus movimentos de migração” e a sua cosmologia, isto é, com a cosmovisão que estrutura seu imaginário e sua filosofia de vida. Os laços de parentesco e a busca constante de melhor espaço e terras virgens, em pleno século XXI, são “sonhadas e fundadas em uma cosmologia original e criativa” (LADEIRA, 2007, p. 12 e 13).

Pissolato (2007) introduz a questão das relações entre mobilidade espacial e pessoa, passando a entender mobilidade espacial não só como a “movimentação efetiva de grupos de parentes que se deslocam sucessivamente por lugares onde estabelecem residência, mas antes, como uma capacidade pessoal que se conquista ao longo da vida” (PISSOLATO, 2007, p. 123) e que, de alguma forma, acaba por configurar situações coletivas em tempos e lugares variados. Para a autora, “os deslocamentos são sempre resultado entre interesses pessoais e contextos que se colocam como possibilidade de vida para o indivíduo em questão, contextos que se pode ou não ‘deixar’ ou ‘buscar’” (PISSOLATO, 2007, p. 123). É por meio da mudança frequente de lugar e de perspectiva que os “Mbyá apostariam na conquista de condições renovadas de continuar existindo nesta terra” (PISSOLATO, 2007, p. 124).

É neste contexto que pensamos a mobilidade espacial guarani: a partir das reflexões, principalmente, de Melià (1989)

e Pissolato (2007), para quem os deslocamentos espaciais fazem parte da identidade da pessoa guarani. Os aspectos políticos e contextos de cada país também interferem nesses movimentos, mas o *ogua* é parte do ser Guarani.

Em 2010, o Censo Demográfico do Brasil, mediante perguntas sobre migração, atribuiu três características para definição da situação de “migrante”: a primeira delas, e a mais simples, é a que define o migrante como aquele que não reside no mesmo município que nasceu. São assim considerados naturais todos aqueles que residem no mesmo município que nasceram. A segunda característica é captada por meio da pergunta sobre a residência anterior do entrevistado. Quem respondeu positivamente para uma residência anterior de menos de 10 anos, diferente da residência atual, é considerado migrante. Por último, migrante pode ser também aquele que residia em um município diferente do atual em uma data de referência – é a definição de migrante pelo quesito de data fixa (RIGOTTI, 1999).

A ONU (1972, p. 2) operacionaliza a definição de migrante por meio da elaboração e publicação do Manual VI: “*translado de uma área definitiva da migração a outra (ou um traslado a uma distância mínima especificada) que se fez durante um intervalo de migração determinado e que implicou em uma mudança de residência*”. O Manual define ainda o período de tempo que marca a diferença entre um migrante e um não-migrante, sendo migrante aquele que reside há menos de 10 anos em um município e não-migrante aquele que mora no mesmo município que nasceu ou cujo município de residência atual é o mesmo há mais de 10 anos, sem interrupção.

O conceito de migração que mais se aproxima do conceito de migração para as sociedades indígenas é o conceito de “*espaço de vida*” como a parte do espaço em que a pessoa e sua família realizam atividades cotidianas a partir de uma residência base (COURGEAU, 1988). Esse conceito foi desenvolvido por Courgeau (1974), que define como espaço de vida todo aquele espaço em que

o indivíduo realiza as suas atividades rotineiras. Este conceito está intrinsecamente relacionado com o conceito de *Ñane Retã* do Guarani.

Este conceito independe das fronteiras político-administrativas do país, como o *Ñane Retã* dos Guarani. É necessário observar a importância do conceito de território na migração, mais como um espaço da prática da vida do que, simplesmente, como um pedaço de chão. Neste estudo, a migração indígena é tratada a partir de conceitos que dão especial atenção à constituição deste espaço de vida dos indivíduos e famílias e a sua influência nos percursos migratórios.

A noção de território circulatório, em que diversos saberes circulatórios são empreendidos, diz respeito aos territórios engendrados por populações circulantes, cujos processos de construção de identidade, memória coletiva, laços sociais e critérios de pertença parecem se dissociar do pressuposto da sedentarização. Assim, Tarrius (1993) desenvolve a noção de “território circulatório” e território social, constatando “uma certa socialização dos espaços que dão suporte aos deslocamentos” (TARRIUS, 1993, s/p.).

No caso dos Kaiowá e Guarani, é possível dizer que, além do sentido social ou uma busca de sociabilidade, há um sentido cultural atribuído ao movimento espacial.

Outro conceito que pode ser utilizado e que parece mais apropriado para falar sobre a migração e sobre os protagonistas desse fenômeno é o termo “deslocamento”:

Por certo, a imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico (...). Mas o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente (sobretudo através das duas realizações culturais que são a língua e a religião) (SAYAD, 1998, p. 15).

Para Cunha, Souchaud, Baeninger e Carmo (2006, p. 192), “as estratégias migratórias estabelecem-se em nível da formação e utilização de redes relacionais e de tipos de deslocamentos entre diferentes pontos do espaço migratório”.

No contexto dos estudos de migração, surgem Adams e Kasakoff com a teoria de Spillover, genericamente traduzida como “transbordamento”, que é uma hipótese com a qual é possível dialogar. No entendimento destes autores, “embora seja fácil de compreender que a mais pequena ilha, aldeia ou bairro transborda para suas unidades políticas vizinhas, no outro extremo da escala, é difícil imaginar que os Estados-nação não podem conter suas populações” (ADAMS e KASAKOFF, 2004, p. 347).

Este conceito de transbordamento dialoga com o conceito de território trazido por Benites (2014), de que a terra está sempre se expandindo, a partir do relato de um Xamã:

A visão kaiowá e guarani sobre o mundo é produzida a partir da lógica espiritual tradicional. Quando afirmam que a terra está sempre se expandindo, estão se referindo à própria mobilidade tradicional [...] *oguada* (andar, caminhar, mover), que são maneiras de ocupar o espaço, de forma a não produzir fixação no mesmo lugar, condição dada pelo próprio deus. O surgimento da terra, pelo canto e a dança do Ñanderu, demonstra aos Kaiowá e Guarani a maneira própria de ocupação territorial (BENITES, 2014, p. 35).

O próprio conceito de transnacionalismo se baseia no conceito de Spillover, em que as pessoas mantêm vínculos com seus países de origem. As migrações, para além das fronteiras das nações, podem ser problemáticas, mas os fluxos e refluxos também envolvem movimento em novos nichos econômicos, formação de novas comunidades, deslocamentos espaciais de famílias, nos casos em que os pais idosos e seus filhos vivem centenas de quilômetros de distância (ADAMS e KASAKOFF, 2004).

Este conceito de Spillover/transbordamento coincide com a ideia do território que se move, que pode ser aplicado ao conceito de mobilidade espacial guarani que caminha dentro de um território que ultrapassa até as fronteiras nacionais.

Como bem afirmam Livi-Bacci e Maeder:

Mobilidade e comunicação dependem de um sistema estendido de trajetos pela água e rotas terrestres conectadas com a terceira missão de cada um, como nos maiores centros da região do Rio da Prata. Assim foi que os Guarani conseguiram diminuir o isolamento em uma vasta terra com pouca densidade populacional (uma pessoa por quilômetro quadrado). (LIVI- BACCI e MAEDER, 2004, p. 195).

Alguns estudos sobre deslocamentos espaciais dos povos indígenas na América Latina

Entre os estudos da demografia na América Latina, damos destaque ao livro *“Migraciones indígenas en las Américas”*, do IIDH – Instituto Interamericano de Derechos Humanos (2007). Esse livro é considerado um subsídio importante para o conhecimento e análise das migrações indígenas e é produto de um evento realizado em 2006 que reuniu especialistas de várias temáticas e países e teve como principal objetivo “a busca de elementos que permitam melhorar as ações de proteção das pessoas que se deslocam na nossa região em busca de melhores condições de vida para elas e suas famílias”. Além disto, este material colabora para a busca de políticas públicas que “promovam o desenvolvimento econômico e social destes povos, evitando desta maneira o deslocamento de muitas pessoas indígenas com as graves consequências que provocam seu desenraizamento das comunidades e a nível nacional” (IIDH, 2007, p. 8).

No contexto que vivenciamos na América Latina durante as últimas duas décadas do século XX, a partir da consolidação

das economias de mercado e as profundas transformações estruturais dos Estados, se observa que as terras indígenas são “afetadas pelo crescente avanço de projetos de desenvolvimento, como represas, grandes vias, pontes, extração mineral, exploração madeireira de grande escala e extração de petróleo, entre outros, que produziram invasões e despejos” (DEL POPOLO e RIBOTTA, 2011, p. 121). Além disto, mas também relacionado a isso, a deterioração ambiental de suas terras, a pobreza, a falta de água e a pressão demográfica constituem os diversos fatores que estão provocando deslocamentos espaciais. “Mesmo assim, a procura por melhores oportunidades econômicas e educativas se traduzem também na saída de suas comunidades de origem” (DEL POPOLO e RIBOTTA, 2011, p. 121).

Nas últimas décadas, ocorre uma mudança significativa no que diz respeito à dinâmica populacional indígena e surge a crescente urbanização da população como um dos fatores mais importantes dos deslocamentos espaciais (ECHEVERRI, 2012).

Esta discussão sobre integração é um tema à parte. Sabemos que a cultura é dinâmica e que, mesmo nas cidades em situações precárias, os Guarani mantêm vários aspectos da sua cultura. Um fato importante é que, mesmo nas cidades, os indígenas, principalmente os Kaiowá e Guarani, mantêm as redes de conexão com suas comunidades de origem. Mas a situação dos índios urbanos é um fenômeno novo e precisa de maiores estudos.

Em geral se assume a ideia de que os povos indígenas, inclusive os jovens, “são eminentemente rurais, ideia associada a residência em territórios ancestrais. Assim mesmo, a crescente urbanização e as migrações campo-cidade também os alcançou” (DEL POPOLO e RIBOTTA, 2011, p. 109). Segundo os autores, “os censos da ronda de 2000 revelaram que, na região, por volta de 44% dos jovens indígenas residem em zona urbana, situação que chega a cerca de 80% no caso dos não-indígenas do mesmo grupo etário (15 a 29 anos)” (idem). No que diz respeito aos motivos dos jovens para migrar, Del Popolo e Ribota destacam a pobreza e a necessidade de buscar trabalho:

A pobreza nos territórios indígenas aparece como um dos principais fatores estruturais que causam a migração, e ligado a ele, a necessidade de buscar emprego para a subsistência familiar. Mesmo quando acessam às mais baixas remunerações, produto das menores oportunidades de emprego qualificado associado a uma baixa escolaridade, a migração constitui uma importante estratégia para a sobrevivência dos povos indígenas, nas quais os jovens são um rol fundamental (DEL POPOLO e RIBOTTA, 2011, p. 113).

Com relação a este aspecto de sobrevivência dos povos indígenas, destacamos a questão da fuga de conflitos nas reservas superpopulosas; como exemplo, citamos Jarara e Takuara, que são Terras Indígenas retomadas recentemente e que foram formadas por grupos familiares oriundos da reserva de Te'yikue, Caarapó, MS (COLMAN, 2015).

No Brasil, podemos considerar o início do estudo sobre migrações indígenas a partir do começo da década de oitenta, quando a Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) já manifestava o interesse em inserir, em sua pauta de discussões, temas relativos à demografia dos povos indígenas. Neste sentido, o programa de seu III Encontro Nacional, realizado em Vitória (ES), contou com uma sessão temática dedicada à Demografia dos Grupos Étnicos Minoritários, durante a qual foram discutidos quatro trabalhos e um, de modo específico, abordou o tema das migrações indígenas: o trabalho de Figoli (1982) trouxe um estudo sobre identidade e etnicidade em áreas urbanas, destacando a imigração de indígenas da região do Rio Negro para Manaus, com uma avaliação acerca do volume dessa população, segundo áreas de emigração, condições de deslocamento e rotas migratórias (PAGLIARO, AZEVEDO e SANTOS, 2005).

Estanislau (2014) apresentou um panorama da migração indígena no Brasil a partir da construção de matrizes migratórias, utilizando-se dos microdados do Censo Demográfico de 2000 e 2010. Alguns resultados são:

A região Norte apresenta um grande fluxo intrarregional com 18.551 não-naturais que se deslocaram para essa mesma região, tendo como segundo maior destino, em 2000, a região Sudeste seguida da Centro-Oeste. Invertendo essa ordem, em 2010, o Centro-Oeste se apresenta como principal destino fora da própria região Norte, com 2.795 pessoas, seguido da Sudeste. Há um aumento do número de emigrantes originários da região Norte, de 2000 para 2010, de 26.813 para 30.097 pessoas, assim como de imigrantes, sendo que em ambos anos o maior número de pessoas que imigraram na região Norte vieram do Nordeste, seguido, em 2000, da região Sudeste, e em 2010 da Centro-Oeste (ESTANISLAU, 2014, p. 35).

Segundo a autora, a maior parte dos movimentos migratórios indígenas na região Nordeste também acontece dentro da própria grande região, tendo como maior região de destino e de origem a Sudeste, nos anos de 2000 e 2010. Estanislau (2014, p. 36) conclui “que existe um fluxo migratório entre sudeste e nordeste; e é possível dizer que provavelmente houve uma migração de retorno para o Nordeste na última década”:

A região Sudeste foi a que recebeu mais migrantes em 2000 (88.589 pessoas), havendo uma redução dessa imigração em 2010 – com 49.822 pessoas, menor que a própria região Nordeste. Em termos de destino, os autodeclarados indígenas não-naturais da região Sudeste migraram preferencialmente dentro da própria região, 47.995 pessoas em 2000 e 27.003 em 2010, seguidos da região Centro-Oeste em 2000 e do Nordeste em 2010. Dentre os que imigraram para a região Sudeste, a predominância de origem é o Nordeste, tanto em 2000 quanto em 2010, 29.804 pessoas em 2000 e 15.468 pessoas em 2010 (ESTANISLAU, 2014, p. 36).

A região Sul chama atenção porque possui o maior número de movimentos migratórios dentro da mesma região, tendo como segundo maior destino a Sudeste em 2000 e 2010. “Dentre as pessoas que imigraram para a região Sul, 2.511 vieram do Sudeste em 2000 e 1.436 em 2010, sendo essa a região de origem com maior número de imigrantes no Sul” (ESTANISLAU, 2014, p. 36). Nos estudos de Estanislau ainda observamos que:

O Centro-Oeste foi a única região em que houve um aumento de emigrantes, de 21.530 pessoas em 2000 para 22.609 em 2010. Em termos de imigrantes houve uma redução, de 29.554 em 2000 para 27.435 em 2010. Tanto em 2000 quanto em 2010, seu maior número de imigrantes é proveniente da própria, seguido da Nordeste. Em termos de destino, os emigrantes da região Centro-Oeste preferiram a própria região, seguida da região Sudeste (ESTANISLAU, 2014, p. 36).

Além disto, o tema dos deslocamentos espaciais indígenas ou migrações indígenas na América Latina precisa de maiores estudos para, por exemplo, compreender os contextos em que se observam os movimentos dos povos indígenas e as situações em que estes não se movimentam. O relato do *IV Foro permanente para las cuestiones indígenas de la Organización de Naciones Unidas en materia de derechos humanos*, afirma que os povos indígenas reivindicam o direito de migrar e de não migrar:

Reafirmamos a tradição ancestral dos povos indígenas de seu exercício de direito à livre mobilidade e seu reconhecimento na atualidade, e também seu direito a permanecer em seus territórios tradicionais e a não ser deslocado como resultado de uma imposição política econômica, conflitos armados e outros fenômenos que lesionam os direitos humanos coletivos e individuais (*IV Foro permanente para las cuestiones indígenas de la Organización de Naciones Unidas en materia de derechos humanos*, 2005, p. 8).

Entre os Kaiowá e Guarani, o Estado tentou impor a imobilidade espacial da Reserva, mas eles sempre encontram forma de sair em busca de novas alternativas, como têm sido as retomadas. Desta forma, o processo de confinamento não se conclui.

Considerações finais

O Oguata – caminhar ou andar – faz parte do universo cultural dos Guarani e está presente no cotidiano e na cosmologia desses povos. Ele se caracteriza de diversas formas, como a busca de atividades produtivas, coletas de ervas, participação de festas e rituais, visitas ou busca de trabalhos, de novas experiências e conhecimento, como no caso dos jovens (COLMAN, 2015).

O tema dos deslocamentos espaciais indígenas ou migrações indígenas na América Latina precisa de maiores estudos para, por exemplo, compreender os contextos em que se observam os movimentos dos povos indígenas e as situações em que estes não se movimentam.

Apesar de ainda escassas, as produções apresentam um panorama geral descritivo da situação da migração indígena no Brasil e América Latina. O que precisamos avançar, e foi um pouco a preocupação deste artigo, foi pensar em teorias que procurem explicar o fenômeno específico do migrar dos Povos Indígenas e aqui, de forma particular, os Guarani e sua mobilidade espacial.

Para os Guarani, que têm seu modo de ser e sua cosmologia relacionados com a mata, pode-se afirmar que a mobilidade espacial também ocorre quando a mata está sendo destruída, como se pode observar na região de Arroyo Kora (Paranhos, MS). Eles estavam nestas regiões e, quando foram expulsos, foram para o Paraguai, buscando estes bons lugares (*tekoha*) para viver; mas com a entrada de fazendeiros brasileiros e, principalmente, com a mecanização da colheita da soja, começaram a ser

destruídos os últimos refúgios florestais e novamente os Guarani foram expulsos, obrigados a retornar e retomar sua antiga terra tradicional, onde estão atualmente a TI de Arroyo Kora.

Referências

ADAMS, J. W.; KASAKOFF, A. B. Spillovers, Subdivisions, and Flows: Questioning the Usefulness of “Bounded Container” as the Dominant Social Metaphor in Demography. In: SZRETER, S.; SHOLKAMY, H.; DHARMALINGAM, A. (orgs.). **Categories and Contexts: Anthropological and Historical Studies in Critical Demography**. New York: Oxford University Press, 2004.

AZEVEDO, M.; BRAND, A. J.; COLMAN, R. S. Os Guarani nos seus processos de mobilidade espacial e os desafios para as políticas públicas na região fronteira brasileira. In: AZEVEDO, M. M. A.; BAENINGER, R. (orgs.). **Povos Indígenas: mobilidade espacial**, v. 8. Campinas: Nepo/Unicamp, 2013, p. 11-28.

BENITES, E. **Oguata Pyahu (Uma Nova Caminhada)**: O processo de desconstrução e construção da Educação Escolar Indígena da Reserva Indígena Te'ýikue. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande/ MS: UCDB, 2014.

BRAND, A. J. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/ Guarani**: os difíceis caminhos da palavra. Tese de doutorado. Porto Alegre: PUC/RS, 1997.

COLMAN, R. S. **Guarani retã e mobilidade espacial guarani**: belas caminhadas e processos de expulsão no território guarani – Campinas, SP. Tese de Doutorado, 2015

COURGEAU, D. Les premières migrations de Français dans la période contemporaine. **Population** (French Edition), vol. 29, n. 1, p. 11-24, 1974.

COURGÉAU, D. **Méthodes de Mesure de la mobilité spatiale:** migrations internes, mobilité temporaire, navettes. Paris: Éditions de L'Institut National d'Études Démographiques, 1988.

CUNHA, J. M. P.; SOUCHAUD, S.; BAENINGER, R.; CARMO, R. L. do. Espaços migratórios e problemática ambiental no Mercosul. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 23, n. 1, p. 191-193. São Paulo: ABEP, 2006.

DEL POPOLO, F.; RIBOTTA, B. Migración de jóvenes indígenas en América Latina. In: DEL POPOLO, F.; CUNHA, E. M. G. P.; RIBOTTA, B.; AZEVEDO, M. (orgs.). **Pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina:** dinámicas poblacionales diversas y desafíos comunes. Rio de Janeiro: ALAP, 2011.

DEL POPOLO, F.; SCHKOLNIK, S. Pueblos indígenas y afrodescendientes en los censos de población y vivienda de América Latina: avances y desafíos en el derecho a la información. **Notas de Población**, XL, n. 97, p. 205-248. Santiago de Chile: CELADE, 2013.

DEL POPOLO, F.; CUNHA, E. M. G. P.; RIBOTTA, B.; AZEVEDO, M. (orgs.). **Pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina:** dinámicas poblacionales diversas y desafíos comunes. Rio de Janeiro: ALAP, 2011.

ECHEVERRI, H. M. La Población indígena y las ciudades. ONIC Organización Indígena de Colombia, 2012. Disponível em: <http://observatorioetnicocecoin.org.co/cecoin/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=45&Itemid=103>. Acessado em 11.09.2014.

ESTANISLAU, B. R. **A eterna volta:** migração indígena e Pankararu no Brasil. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, 2014.

FÍGOLI, L. H. G. Migração indígena a Manaus. In: **Anais do III Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Vitória: Associação Brasileira de Estudos Populacionais/ABEP, 1982, p. 397-398.

GRÜNBERG, G. **El mapa “Guarani Retã 2008”**: una reconstitución simbólica del territorio guaraní. Rosário/Argentina: Fórum de Rosário, 2012.

GARLET, I. J. **Mobilidade Mbya**: história e significação. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997.

GODÓI, O. **Okara**: um conceito de primeiro espaço mais importante da família kaiowá na Aldeia Guaimbé Pery, Laguna Carapã, MS. Trabalho de Conclusão de Curso. Dourados: FAIND/UFGD, 2012.

IIDH. **Migraciones indígenas en las Américas**. San José/Costa Rica: Instituto Interamericano de Derechos Humanos (IIDH), 2007.

LADEIRA, M. I. **O caminhar sob a luz**: o território Mbyá à beira do oceano. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

LIVI-BACCI, M.; MAEDER, E. J. The Missions of Paraguay: The Demography of an Experiment. **Journal of Interdisciplinary History**, xxxv, 2, p. 185-224, 2004.

MELIÀ, B., GRÜNBERG, G.; GRÜNBERG, F. **Los Paĩ-Tavyterã-Etnografía Guarani del Paraguai contemporâneo**. Asunción: Centro de Estudios Antropologicos, Universidad Catolica “N. S. de la Asunción”, 1976.

MELIÀ, B., GRÜNBERG, G.; GRÜNBERG, F. **Los Paĩ Tavyterã; etnografía guaraní del Paraguay contemporâneo**. 2ª ed. Asunción: Centro de Estudios Antropologicos, Universidad Catolica “N. S. de la Asunción”, 2008.

MELIÀ, B. Desafios e tendências na alfabetização em língua indígena. In: EMIRI, L.; R. MONSERRAT (orgs.). **A conquista da escrita** – encontros de educação indígena OPAN. São Paulo: Iluminuras/OPAN, p. 9-16, 1989.

NACIONES UNIDAS. **Métodos de Medición de la Migración Interna**. Manual VI. Nueva York: ONU, 1972.

PAGLIARO, H. **A revolução demográfica dos povos indígenas:** a experiência dos Kaiabi do Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso (1970-1999). Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública/USP, 2002.

PAGLIARO, H; AZEVEDO, M. M. e SANTOS, R. V. Demografia dos povos indígenas no Brasil: um panorama crítico. In: **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ; Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2005.

PAGLIARO, H; AZEVEDO, M. M. e SANTOS, R. V. Perfil demográfico e socioeconômico das pessoas que se autodeclararam “indígenas” nos censos demográficos de 1991 e 2000. In: PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M. A.; SANTOS, R. V. (orgs.). **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz e Campinas: ABEP, 2005.

PEREIRA, L. M. Mobilidade e processos de territorialização entre os kaiowá atuais. **Revista História em Reflexão** (Revista eletrônica), vol. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/490/360>>. Acessado em 28/01/2013.

PIMENTEL, S. K. **Elementos para uma teoria política kaiowá e guarani**. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2012.

PISSOLATO, E. de P. **A duração da pessoa:** mobilidade, parentesco e xamanismo Mbya (Guarani). São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

RIGOTTI, J. I. R. **Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários:** aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. Tese de Doutorado em Demografia. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SIMMONS, A. B. **Explaining Migration:** Theory at the Crossroads. Louvain: Université Catholique, 1987.

TARRIUS, A. Leer, describir, interpretar las circulaciones migratorias: conveniencia de la noción de “territorio circulatorio”. Los nuevos hábitos de la identidad. **Relaciones: estudios de historia y sociedad**, 21, p. 37-66, 2000. Disponível em <http://www.colmich.edu.mx/relaciones25/files/revistas/083/pdf/Alain_Tarrius.pdf>. Acessado em 12/11/2014.

TARRIUS, A. Territoires Circulatoires et Espaces Urbains: Différenciation des Groupes Migrants. In: **Annales de la Recherche Urbaine**, 1993, p. 51-60.

UN-HABITAT. **Urban Indigenous Peoples and Migration: A Review of Policies, Programmes and Practices**. Nairobi: UN-HABITAT, 2010.

UN-HABITAT. **Securing Land Rights for Indigenous Peoples in Cities**. Nairobi: UN-HABITAT, 2011.